



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho das Espécies Pelágicas Quarta-feira, 31 de outubro de 2018 - Cádiz

O relatório da reunião anterior, bem como a ordem do dia foram validados pelos Membros do Grupo de Trabalho.

Pontos à ordem do dia: Renovação do acordo de Bilbao, foco nas reuniões *Ad-Hoc* Sardinha do Golfo, ponto de situação sobre o atum rabilho e próximas reuniões da ICCAT e, por fim, apresentação relativa à implementação de um Plano de Gestão no Golfo de Cádiz.

Acordo de Bilbao

Os representantes dos profissionais da pesca concordaram em renovar o acordo por um período de um ano, com uma calibragem de 60 unidades por quilograma (com margem de erro de 10%) para o período da primavera no caso dos cercadores espanhóis e o ano todo no caso dos arrastões pelágicos. O Presidente do Grupo de Trabalho congratula-se com este acordo e pergunta sob que forma informar a Comissão para lhe comunicar esta alteração significativa a integrar no Plano de Gestão.

Serge Larzabal indica que o acordo é franco-espanhol, sendo proposto pelos dois setores e validado pelas duas Administrações. Por esse motivo, apenas vincula os signatários, não dando lugar a qualquer comunicação à Comissão, para além do facto de este constar no relatório do GT. Para além disso, relativamente ao "molde de 60 unidades/kg", que é uma calibragem inferior à norma europeia (90 unidades/kg), Serge Larzabal não deseja alteração Comunitária alguma de qualquer tipo, nem do regulamento, nem do Plano de Gestão. Esta posição foi registada pelo Grupo de Trabalho.

Sardinha do Golfo

Enrique Paz, Presidente do Grupo de Trabalho apresentou as principais conclusões das duas reuniões *Ad-Hoc* sobre o assunto. Os relatórios das reuniões estão disponíveis no Web site do CC Sud.

Jean-Marie Robert, introduziu precisões quanto ao motivo do questionamento do parecer científico do CIEM: Os pontos de referência relativos não parecem adequados, pelo que a sua revisão anual não permite uma visibilidade de longo prazo. Deve ser implementada uma melhor avaliação da unidade populacional.

Vão ser testados novos cenários de gestão pela AZTI e o IFREMER, podendo uma nova reunião *Ad-Hoc* ser organizada (finais de janeiro) logo que os resultados forem disponibilizados.

Miren da OPEGUI especificou que teriam de se aplicar novos fundos com a interrupção, por agora, do financiamento do estudo em finais de 2018. Os membros sugeriram ter





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

recurso ao FEAMP ou/e aos dois Estados Membros, podendo o CC Sul enviar uma carta para demonstrar a importância desses estudos e dessa unidade populacional.

Na pendência dos novos resultados, Jean-Marie indicou que os membros franceses requeriam o *Statu Quo*, ou seja, não se tomarem decisões sobre medidas de gestão.

As ONGs encorajaram o setor, defendendo esta posição.

Por fim, Serge recordou a regra de repartição dos assentos nas reuniões *Ad-Hoc*: 6 franceses, 6 espanhóis, 2 ONGs, 1 ETF.

Atum Rabilho

Enrique procedeu a uma revisão do Parecer 123, redigido pelo CC Sul durante o verão. E, em seguida, Jorge Gonçalves (APEDA) pediu o apoio do CC Sul relativamente a uma alteração do período de pesca do Atum rabilho nos Açores. Serge Larzabal indicou que a definição do período de pesca autorizado pela ICCAT (4 meses consecutivos), podia ser emitida por cada Estado Membro e que, *a priori*, não havia problema em Portugal a incluir no seu Plano de Pesca, notificando em seguida o facto à Comissão. Lembra, para além disso, que, no passado, Espanha e França já recorreram a essa possibilidade. Por fim, recorda que essa possibilidade apenas se encontra aberta às profissões que usem anzóis.

Para além disso, indica que o Parecer 123 do CC Sul corresponde totalmente ao pedido dos membros do setor, pois estipula, de facto, a supressão desses períodos de pesca para as profissões que usem anzóis no futuro Plano de Gestão.

Foi então, mais uma vez, indicado que as questões de repartição das quotas eram internas a um Estado Membro, não podendo ser objeto de um parecer do CC Sul.

Ken Kawahara (Plataforma da pequena pesca artesanal) afirmou que, apesar do regresso do Atum Rabilho, a frota de pequena pesca não tinha acesso ao recurso por falta de quota, pelo que esse elemento deveria constar dos pareceres do CC.

Raul Garcia (WWF) recordou que, apesar de o atum rabilho não estar em perigo, a unidade populacional não tinha alcançado a plena recuperação, subsistindo dúvidas.

Nicolas Fernandez Munoz (OP Conil) evocou uma dificuldade no Golfo de Cádiz: Há um regresso do atum rabilho, mas um desaparecimento do recurso de goraz e peixe-espada, contudo, as quotas não acompanham esta tendência e os pescadores não podem virar-se para o atum.

Serge Larzabal mencionou a reunião preparatória da ICCAT, em que a Comissão afirmou desejar passar para um plano de gestão e não reabrir o debate em torno da repartição das quotas. A Comissão não pretende a flexibilização das medidas de controlo, mas proporá uma supressão dos períodos de pesca para as profissões que usem anzol. Por fim, a Comissão proporá para a pesca acessória, passar de uma percentagem de 5 para





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

20% em peso ou em número de espécies ICCAT para quem dirigir a pesca ao atum rabilho bem como de 5 para 20% em peso para aqueles que não dirigirem a pesca ao atum rabilho.

Por fim, Miren (OPEGUI) informou os Membros que a gestão do atum-patudo será outro ponto-chave da reunião da ICCAT; um plano de gestão será, de facto, debatido - plano esse cujos termos poderão ter um impacto nessa importante pescaria. Este assunto deverá constar da ordem do dia de uma próxima reunião do CC Sul.

Plano de Gestão Golfo de Cádiz

Jose Carlos Macias (Cofradias de Pescadores de Sanlucar) apresentou o programa de estudo destinado a implementar um plano de gestão no Golfo de Cádiz, em que a situação económica da frota é atualmente muito difícil. Por conseguinte, o objetivo é realizar um diagnóstico completo da situação atual, de modo a definir um plano que melhore a viabilidade das empresas piscatórias. Este projeto deverá estar concluído em fevereiro de 2019.

Jorge Saez Jimenez (SOLDECOCOS), que também participa nesse projeto, acrescentou que os membros que o desejassem, podiam participar no próximo *workshop* desse projeto (próximos meses de dezembro/janeiro) na qualidade de observadores.



Région
PAYS DE LA LOIRE

